

# **Alienação eleitoral nos núcleos e periferias das regiões metropolitanas brasileiras no período entre 2008-2016<sup>1</sup>**

*Franklin Soldati*<sup>2 3 4</sup> (UENF/Observatório das Metrôpoles/INCT)

A proposta do artigo foi investigar as razões do comportamento da “Alienação Eleitoral” nos núcleos e periferias das RM’s - regiões metropolitanas brasileiras no período de 2008 a 2016 juntamente a índices de fiscalidade municipal. Entendeu-se como núcleo a cidade polo e como periferias as cidades, aos polos, adjacentes. No ato de votação, a opção por determinado comportamento pelo eleitor bem como a movimentação de um comportamento eleitoral para outro pode indicar as razões nucleares das decisões e escolhas eleitorais. Mesmo com as limitações impostas pela falácia ecológica é possível apontar motivações determinantes para o ato eleitoral nas sociedades democráticas.

Em trabalho pretérito verificou-se associação estatística entre comparecimento eleitoral e infraestrutura urbana. Contudo, outras pesquisas indicaram que os núcleos metropolitanos apresentam taxas de alienação eleitoral superiores às das periferias, ou seja, locais onde a infraestrutura urbana deveria ser melhor pode apresentar comparecimento e votação válida inferiores ao das regiões onde a infraestrutura urbana deveria ser pior, relação cidade maior versus cidade menor. O objetivo do presente estudo foi buscar associação estatística entre Alienação Eleitoral e os dados de fiscalidade municipal. Contudo, tal associação estatística não foi verificada, mas o foi com outras duas taxas de comportamento eleitoral mais propícias a **avaliação** eleitoral, juntamente aos mesmos índices de fiscalidade, o que de certo modo justificou a proposta inicial deste *paper*.

Portanto, além dessa introdução e da conclusão o presente trabalho se organiza em três momentos. O primeiro discorre sobre o direito à cidade pelo cidadão e uma conceitualização do sentido de infraestrutura urbana, além da revisão de parte da literatura eleitoral que se dedica ao estudo do comportamento das taxas de Abstenção, dos Votos em Branco e dos Votos Nulos, principalmente. Na ciência política, tais aspectos se interconectam. O segundo momento recupera pesquisa inicial que identificou associação entre comparecimento às urnas e infraestrutura urbana, bem como razões para migração de votos válidos para votos nulos. Nessa

---

<sup>1</sup> 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT09 - Comportamento político, opinião pública e cultura política.

<sup>2</sup> O autor foi bolsista FAPERJ.

<sup>3</sup> Agradecer ao colega Leonardo Azevedo Pampanelli Lucas, doutor pelo CEDEPLAR pela consultoria estatística.

<sup>4</sup> Agradecer aos colegas do Observatório das Metrôpoles do grupo de Belo Horizonte pela concordância na utilização dos índices construídos sobre Autonomia tributária, Devolução Tributária e Dependência Vertical, fundamental na idealização deste *paper*.

etapa ainda será discutida a identificação proposta de mais três taxas de comportamento eleitoral, a de Efetividade Eleitoral, contraparte da taxa de Alienação, bem como o conjunto formado por outras duas taxas eleitorais, a de Aceitação das Listas Eleitorais e a de Rejeição das Listas Eleitorais. O terceiro movimento explica a construção, pelo grupo do Núcleo de Belo Horizonte, integrante do GT de Regimes Urbanos, do Observatório das Metrôpoles, de três índices de fiscalidade municipal índices denominados de AT - Autonomia Tributária, DT - Devolução Tributária e DV - Dependência Vertical, com base nos trabalhos de Sol Garson (2009). As razões de se investigar a condição fiscal dos municípios serão nesse momento explanadas e serão comentados os modelos de Regressão Linear utilizados na verificação de associação estatística. Realiza-se também rápida passagem por literatura referente aos *Regimes Urbanos* conectada aos processos de ultraliberalização. A conclusão fecha o artigo e revela que a ausência do Estado, no tocante à infraestrutura urbana, em áreas metropolitanas altamente desenvolvidas, pode ser verificada, ou seja, as maiores metrôpoles mesmo que apresentem altos índices de desenvolvimento, de bem-estar - IBEU, de IDH e mesmo de infraestrutura, são também aquelas que apresentam as maiores taxas de desigualdade, e deixam grande parcela da população sem atendimento das vantagens urbanas, dados o contingente e a densidade populacionais. De outra parte revela também que municípios menores são mais dependentes de transferências intergovernamentais, e nesse aspecto, num sentido mais *lato*, favorecem o comparecimento, seja pelas transferências das verbas do atendimento do SUS, FUNDEF, retornos de parte do ICMS e IPI, bem como de verbas não contingenciadas nos períodos eleitorais.

Entre os que inauguraram estudos sobre alienação política no Brasil está Santos (1987). Ele realiza uma ponte entre as investigações de Samuel Huntington e Joan M. Nelson (apud idem 1987, p. 39) sobre comparecimento eleitoral e desenvolvimento urbano, mas também sobre as taxas de associativismo. Segundo eles, maiores as cidades, maiores as taxas de participação política, inclusive eleitoral. Ainda segundo essa premissa, menor o desenvolvimento maior a abstenção. Mas como dimensionar o desenvolvimento? Por muito tempo trabalhou-se com as taxas de escolaridade e renda per capita, embora os resultados acabem de alguma forma limitados. Outro autor que se debruçou aprofundadamente sobre as taxas de comportamento eleitoral foi Alkmim dos Reis (1992). Para ele, as taxas de densidade populacional, da proporção de eleitores, de fixação e de migração nas cidades brasileiras refletiriam aumento da abstenção e ou do voto em branco ou nulo. O aumento na proporção de eleitores nas capitais tenderia ao aumento da abstenção (apud idem 1992, p. 99). A taxa de votos brancos e nulos teria correspondência com o deslocamento do eleitorado em relação com as

taxas de fixação e da homogeneidade eleitorais. Quer dizer, quanto maior a fixação dos eleitores no estado natal, como exemplo o caso do Sudeste, menor seria a proporção de votos brancos e nulos. De outra forma, quanto mais o colégio eleitoral for constituído por naturais do estado, tal como o Nordeste dos anos 1990, maior a proporção de brancos e nulos. O autor conclui sobre a importância econômica das migrações e, apesar de não afirmar, se aproximou sobremaneira da relevância da **divisão do trabalho** na racionalidade eleitoral. Ele ainda propõe a taxa de marginalidade eleitoral que representaria aquele contingente populacional que não teria se habilitado ao voto. Quer dizer, parcela da população sem o título eleitoral porque provavelmente ainda não teria se afirmado social e identitariamente. Já estudos do presente autor (SOLDATI, 2017) revelaram associação estatística entre comportamento eleitoral e infraestrutura urbana, ou seja, melhores as taxas de infraestrutura urbana, melhores as taxas de comparecimento eleitoral, piores essas taxas, maiores as taxas de abstenção eleitoral. Tal investida será retomada adiante. Passa-se agora a discorrer sobre os conceitos atuais de infraestrutura urbana.

De acordo com recente publicação do IPEA (2010), os investimentos em infraestrutura urbana são de grande porte e são investimentos que requerem elevados montantes de recursos, geralmente privados, dado o volume requerido, não apenas para a sua consecução, mas também quantia considerável para a manutenção posterior. Alguns autores denominam tais políticas públicas de *common goods*. Em geral, tais investimentos ocorrem em regiões e ou cidades melhores posicionadas hierarquicamente na rede urbana, pois acabaria como o reforço da outra infraestrutura urbana já instalada. Isso não impediu, durante o Regime Militar de 64, que transferências realizadas não atendessem a critérios puramente técnicos, desconcertando a situação e a provisão de infraestrutura urbana em outras regiões no restante do país. Por outro lado e de acordo com o próprio IPEA, alguns serviços de saúde e educação, são fundamentais para a instalação de parques industriais visando o próprio bem-estar dos trabalhadores. A norma técnica da ABNT que busca dar referência a essa questão é a NBR 9284, que trata de reunir um conjunto de sistemas, funções e serviços que solicitam investimentos diversos nos chamados aparelhos capazes de prestar serviços e auxiliar na gestão de sistemas e serviços, capazes de no seu conjunto prestar bem-estar individual e coletivo.

A mesma publicação chama a atenção para as recentes distinções entre os atuais significados de infraestrutura urbana. De *hard* – rodovias, redes de esgoto e água, aeroportos, e redes de telecomunicação; até *soft* - os sistemas de educação, saúde, financiamento, governança, para citar alguns exemplos. Ainda se poderia comentar sobre a infraestrutura leve em ativos físicos ou sistemas imateriais. Smilor e Wakelin (1990 apud IPEA, 2010) adotaram

o termo de *smart infrastructure* ao se referirem a informação, como educação, amenidades, qualidade ambiental, instituições outras, capazes de proporcionar ambientes competitivos intra-regiões, além de desenvolvimento sustentável. Uma definição bem simpática de infraestrutura urbana é apontada pelo departamento de Infraestrutura e Planejamento de Queensland (2007 apud IPEA, 2010) em que a “infraestrutura social refere-se aos equipamentos comunitários, serviços e redes que ajudam os indivíduos, famílias, grupos e comunidades a satisfazer as suas necessidades sociais básicas, maximizar o potencial para o desenvolvimento e aumentar o bem-estar das comunidades” (cf. p. 27 idem 2010). Tal conceito se afasta daquele de infraestrutura pesada, mas ao mesmo tempo o complementa ao incluir o conceito de capital social no conjunto de necessidades humanas básicas, tais como a proposta de Putnam. E foi mesmo assim que foi pensado o IDH, por Amartya Sen e Mahbub Ul Haq (observação deste autor), fugir do economicismo. Lange e Hornburg (apud idem, 2010) foram aqueles que aplicaram a noção de Putnam ao contexto das necessidades da habitação e desenvolvimento urbano. Para eles existiria uma infraestrutura cívica, ou seja, as redes de associações entre os grupos locais nas cidades, que complementaria a infraestrutura física possibilitando uma experiência humana aumentada. Uma espécie de infraestrutura social para a infraestrutura física. Para Mawby et al. (p. 28, apud idem ibidem 2010) a presença de infraestrutura é o que transformaria cidades e outros assentamentos humanos em locais habitáveis, em que a moradia adequada impacta concomitantemente a saúde, a segurança e o bem-estar da população como um todo. Também interessante é a proposta de Choguill (apud idem ibidem 2010) que defende o reconhecimento da cidade informal, a modicidade dos custos e da participação comunitária no planejamento, na operação e construção dessas infraestruturas. Para ele existiriam dois tipos de infraestrutura, a social, saúde e educação e a infraestrutura física urbana, tal como a geralmente a conhecemos. Portanto a definição de infraestrutura do IPEA na publicação é a seguinte:

“a infraestrutura social e urbana envolve um amplo conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos” (IPEA, 2010).

Nessa mesma linha de sentido, privilegiando uma visão humanista do crescimento e do desenvolvimento e a partir de uma visão sociológica, devem ser citados os trabalhos de Oliveira (1999), de Santos Junior (2001), Sol Garson (2009) e Ribeiro (2007). Estudo que trata da obrigatoriedade do voto, mas ao fim e ao cabo discute a abstenção eleitoral é o de Oliveira (1999), apoiada em estudos consagrados conclui que a maior parte dos eleitores que compõem as taxas de abstenção eleitoral é formada pelos eleitores mais desfavorecidos, bem como com parte dos pouco democratas e menos tolerantes. Portanto, segundo ela, aumentaria o fosso da

representação entre participativos e não-favorecidos. O segundo faz apelo a urgência na identificação de indicadores capazes de qualificar as comunidades cariocas quanto a capacidade de gerar bem-estar e autonomia cidadã. A terceira procurou investigar as razões da não cooperação entre as regiões metropolitanas, que aumentam os custos de atendimento as chamadas FPIC's, funções públicas de interesse comum e propôs a construção de índices de fiscalidade municipais como forma de instrumentalizar reformas sociais. Ribeiro por seu turno, discute a *hipercidadania* das classes médias brasileiras e o problema da desabilitação das camadas populares no direito à cidade, numa espécie de substituição pelas nossas elites do patrimonialismo ao clientelismo.

No artigo “Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira”, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2007) procura estabelecer a conexão entre os termos: cidade, cidadão e cidadania. Ele explica que foi na cidade que o homem adquiriu emancipação material e moral, com a obtenção de direitos à propriedade, à segurança, bem como direito de resistência à opressão. Somente no século dezenove e vinte, a condição de cidadão ganharia o sentido da expressão dos direitos relacionados à expressão social, tendo-se atualizado o sentido de cidadania, de *polis*, em *civitas*, para firmar-se em *societas*.

No Brasil, o binômio violência-favor atua como o traço fundamental da relação entre dominantes e dominados e tem no patrimonialismo a maior característica de organização estatal. Mesmo a república não fora capaz de operar mudanças substanciais na ordem social (idem, 2010). O favor transmutou-se em clientelismo e a violência em exclusão das camadas rurais e urbanas da vida política. Nem a conquista de uma Constituição Cidadã, resultante das mobilizações populares, foi capaz de alterar a condição de hipertrofia do *civitas*.

Ribeiro (idem, 2007) comunga com Celso Furtado a ideia de que a problemática da distribuição da renda é a tradução de uma estrutura econômica ancorada numa correlação de forças extremamente favorável aos interesses da elite econômica, social e política, organizada num formato corporativo e representada pelos principais atores da acumulação urbana: capital imobiliário, capital empreiteiro, capital concessionário e capital patrimonial. Para ele, tem enorme importância o comportamento político das classes médias, que estariam fortemente orientadas por preocupações defensivas e separatistas. A classe média ocuparia um lugar de *hipercidadania* nas cidades e onde, desde os anos 90 ocorre uma reconfiguração do poder corporativo urbano. Nesse período observou-se a entrada de novas frações econômicas no arranjo corporativo, capazes de estabelecer acordos estratégicos entre os novos e antigos interesses da acumulação urbana. Como guia a legitimação da intervenção pública na cidade e o abandono da política de integração subordinada das classes populares.

Para o autor os núcleos das nossas metrópoles têm, cada vez mais, tomado a forma de aglomerados urbanos cujo dinamismo econômico e social são decorrentes dos papéis assumidos nas redes globais de circulação mercantil e financeira. Predomínio do mercado moderno, centro logístico de negócios, centros de informações, de mercadorias, capitais e créditos. Nos núcleos urbanos as leis são dadas pelos donos do capital e de outras fontes de riquezas, seus habitantes têm cultura cosmopolita. Já nas periferias (num sentido diferente da oposição núcleo e periferia das RM's) tem aumento uma massa marginal, desconectada da geração de riquezas. Funciona uma economia de sobrevivência, fechada em si mesma. O poder funda-se na privatização da violência e estruturalmente feudalizada. São áreas em que as populações se esforçam para não sucumbir sob as práticas do capitalismo predador, dado os circuitos de armas e drogas. E a submissão da população carente aos laços de dependência e favores aos controladores das filantropias periféricas.

A dinâmica urbana da cidade brasileira tem se baseado na apropriação privada da renda urbana, em variadas formas. Isto permite aos segmentos privilegiados, de elevarem ainda mais seus níveis de bem-estar social e de riqueza acumulada, através do acesso a bens patrimoniais de altos valores. Ao mesmo tempo a maioria da população é espoliada por terem negados o acesso socialmente reconhecido do consumo habitacional (moradia e serviços coletivos) o que resulta numa urbanização sem cidades. O histórico nacional tem sido vertiginoso aumento de moradias que não atendem aos padrões mínimos de habitabilidade, uma marginalização da solução. Impressionam os dados de elevação da população residente em áreas subnormais (RIBEIRO, 2007). O IPEA referenda tal carência de moradias ao avaliar em período longitudinal a evolução do crescimento de habitações subnormais nos municípios metropolitanos brasileiros (IPEA, 2010).

Ribeiro ainda cita J. Nun (1996, apud idem, 2010) sobre a possibilidade de existência de uma “democracia representativa excludente”, uma vez que a prevalência das desigualdades extremas é permanente, com inúmeros ambientes de alta vulnerabilidade e riscos sociais. Portanto, os regimes seriam pouco representativos com formas predominantes de integração social: clientelismo, criminalidade, comércio ilegal, guetos, populações marginalizadas e super exploração da mão-de-obra.

Sol Garson (2009) observou perdas das receitas municipais, com relação aos núcleos, em função da fraca expansão da atividade econômica, ao menos nos meados de 2003. Também os inchaços com as dívidas públicas e “previdência” dos servidores. Salaria também que nos municípios mais pobres as transferências sem vinculação, como o FPM preponderam, isso permite maior liberdade na administração do orçamento, apesar de sua fragilidade na geração

de receitas próprias. Transferências discricionárias beneficiam sobretudo os pequenos municípios, embora se restrinjam ao exercício fiscal. E enfatiza que dentre as prioridades dos municípios metropolitanos, a alocação de recursos evidenciou fraca atenção aos gastos com infraestrutura urbana e serviços urbanos. Urbanismo, transportes tiveram gastos estáveis e reduzidos foram os gastos em habitação e saneamento. Em contrapartida aumentaram-se os gastos sociais, mas com restrição na aplicação em outras áreas. Na verdade, segundo a autora, ocorreu uma perda de prioridade da infraestrutura urbana (cf. idem 2009, p. 189) com relação à defesa ambiental, saneamento, habitação, desenvolvimento urbano, transporte, etc. em que o investimento público caiu de 4,75 para 2,96 do PIB em 2003 e a participação da infraestrutura não somente urbana caiu de 56,4 para 37,5%, entre 1998 e 2002. Para ela, a situação se complicou, pois, os entes subnacionais não estão, nem estavam, preparados e autorizados a legislar e atuar nesses setores, uma vez que em função da centralização, o governo brasileiro gasta pouco e, como gasta descentralizadamente, gasta menos ainda em infraestrutura. Ao investigar a relação entre despesa e receita dos municípios metropolitanos, ela também percebe que o conflito é o principal entrave à cooperação entre municípios metropolitanos. Discutidos alguns conceitos de infraestrutura, de bem-estar e apontadas diferenças entre *cidadização* (BRENNER, RIBEIRO, 2020) e urbanização, pode-se retomar o caminho da pesquisa inicial sobre comportamento eleitoral.

O comparecimento eleitoral deve ser entendido como uma forma de ação coletiva ao ser encarado como a manifestação ontológica do eleitorado brasileiro (SOLDATI, 2016). Enquanto ontologia porque é a manifestação cidadã, cívica, do eleitor enquanto portador legítimo de sua autonomia junto a sua comunidade factual, ou virtual, e que ao escolher um representante reafirma o contrato social. O eleitor é o contribuinte, mesmo que de modo simbólico, em que os bens públicos e os benefícios das políticas públicas disponibilizados deveriam para ele retornar (MAGALHÃES, VEIGA, 1997). O comportamento eleitoral é o modo atual por excelência de avaliar a competência não apenas dos representantes, mas principalmente dos regimes políticos. De modo que esperança, medo, raiva, migração / fixação, automobilização, efeito metropolitano, paroquialismo metropolitano, concentração / dispersão, localismo / universalismo, são apenas consequências previsíveis do resultado da qualidade e da quantidade da presença do estado na vida da população. Por isso, é proposto adiante adequar uma

inadequação, pois não se deveria incluir a abstenção, o voto em branco e o voto nulo num mesmo conjunto, já que representariam comportamentos diferentes.<sup>5</sup>

Como antecipado acima, pesquisa inicial do presente autor (SOLDATI, 2017) verificou associação estatística entre infraestrutura urbana e variáveis de comportamento eleitoral. O fenômeno observado foi denominado de Perfil Urbano Brasileiro e foi identificado através da aplicação da técnica da Análise Fatorial sobre 22 variáveis socioeconômicas oriundas do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil em 2003 com variáveis de comportamento eleitoral para os executivos nacionais das eleições de 1996 a 2004. Posteriormente, foram avaliadas 138 variáveis socioeconômicas, também do mesmo Atlas, agora de 2013, com variáveis de comportamento eleitoral referentes ao período de 2008 a 2014. No primeiro período verificou-se que cidades de maior infraestrutura urbana, tendem a aumentar o comparecimento eleitoral, cidades de pior infraestrutura urbana tendem a aumentar a abstenção eleitoral, e que o aumento populacional tende a forçar migração dos votos válidos para votos em Branco e Nulos. No segundo período, o fenômeno teve alteração, não apenas em razão da alteração da composição das variáveis componentes do Atlas do IDH, pelas entidades promotoras (PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro), mas também em razão das mudanças comportamentais junto ao próprio eleitorado. A novidade foi que, nas eleições municipais de 2008 e 2012, o comparecimento não foi significativo, mas foram significantes o voto válido e o voto nulo. Diminuiu-se o voto válido e aumentou-se a incidência do voto nulo sempre em relação com um dos eixos ortogonais identificados. Em cada pleito eleitoral, ora com a Divisão do Trabalho, ora com Distribuição de Renda.

Na construção metodológica dos processos, dos diferentes momentos da pesquisa citada, foi possível verificar a ocorrência de pares de comportamento eleitoral. O conjunto de comportamentos eleitorais mais tradicionalmente conhecido, além das outras variáveis originais, comparecimento e voto válido, é o da chamada alienação eleitoral. A alienação eleitoral tem sido utilizada como forma de provocar questionamentos sobre as eleições pelos meios de comunicação, mas, principalmente, para objetivar descaracterização quando o resultado eleitoral permite a eleição de opositores ao *status quo* estabelecido e, com isso, deslegitimar o sistema político. Portanto, ao tratar o sistema eleitoral como sistema, conjecturamos que, assim como Tavares (apud LIMA JUNIOR, 1997) o sistema é fechado e

---

<sup>5</sup> O leitor interessado poderá consultar a dissertação de mestrado e a tese de doutorado do autor (SOLDATI, 2016), em que a análise dos comportamentos eleitorais através dos diagramas de significância permitiu associar, com base na literatura e inferência, cada tipo de comportamento a um sentimento, a uma emoção. Comparecimento, esperança; Abstenção, desesperança ou indiferença; voto válido, afirmação; voto nulo, raiva ou ódio; e o voto em branco ao medo.

qualquer alteração implica consequências. De modo que a existência do conjunto Alienação Eleitoral apontou para a existência de uma contraparte, ou um contrário. E mais, ao seguir as observações de Wanderley Guilherme dos Santos sobre os impactos das variáveis de comportamento eleitoral para a governabilidade, este autor procurou avançar nos processos investigativos sobre a relação entre comparecimento e votos válidos. Foi assim que surgiu a proposta de três novos índices:

1. Alienação Eleitoral, composta pelo total da soma da abstenção, do voto em branco e voto nulo dividido pelo total de eleitores aptos vezes cem:

$$\text{Taxa de alienação} = \frac{\text{abstenção} + \text{votos em branco} + \text{votos nulos}}{\text{aptos}} * 100\%$$

2. A taxa de Efetividade Eleitoral, contraparte da primeira, é composta pelo percentual de comparecimento vezes o percentual de votos válidos dividido por cem:

$$\text{Taxa de efetividade eleitoral} = \frac{\% \text{ de comparecimento} . \% \text{ votos válidos}}{100}$$

3. E pelas taxas que discutem a aceitação ou não do sistema político-eleitoral, a de “Aceitação das listas eleitorais” que seria o total da soma do percentual dos votos válidos e do percentual de votos nulos, menos o total da abstenção. Esta taxa é considerada avaliação de comportamento eleitoral proativo, o eleitor vai e vota:

$$\text{Índice de aceitação das listas} = (\% \text{ votos válidos} + \% \text{ votos nulos}) - \% \text{ abstenção}$$

4. e a taxa de “Rejeição das listas eleitorais” representada pela soma do percentual da abstenção e do percentual dos votos em branco. Esta taxa é considerada avaliação de comportamento eleitoral passivo, numa ausência de manifestação. O eleitor deixa de ir a urna, ou até mesmo vai, mas não se manifesta:

$$\text{Índice de rejeição das listas} = \% \text{ abstenção} + \% \text{ votos em branco}$$

O objetivo do manuseio dessas taxas é aprofundar as investigações sobre comportamentos eleitorais difíceis de serem capturados pela utilização de índices tradicionais.

Necessário destacar que além das taxas de comportamento eleitoral são necessárias taxas e índices de gestão, de competência dos municípios, bem como índices capazes de revelar

conexão entre a ótica de cidadania, da participação política e aspectos da governabilidade local. Por isso a utilização de parte dos resultados de um relatório produzido recentemente, pelo núcleo de Belo Horizonte do Observatório das Metrôpoles (FRANÇA; MENDONÇA; MOL; RODRIGUES; FERREIRA, 2020). O relatório é interno, mas sua utilização no presente *paper* foi autorizada. Ele aponta que os principais núcleos metropolitanos apresentam “média populacional” superior à das periferias, bem como índices superiores de autonomia fiscal, índices médios de devolução de tributos e menor dependência vertical, responsáveis por caracterizar essas regiões como alto desenvolvimento e onde a infraestrutura urbana pode ser considerada superior em relação às demais. A afirmação inicial é de extrema valia, “núcleos metropolitanos apresentam média populacional superior à média de suas próprias periferias”. Fica aqui subentendido que nessas condições os votos válidos irão migrar para votos nulos, conforme explicado anteriormente.

Com base na premissa de que a autonomia municipal, segundo os princípios do federalismo clássico, representaria certos graus de independência em relação aos entes centrais, quer dizer, autodeterminação e descentralização, é que esse grupo procurou estabelecer, a partir dos trabalhos de Sol Garson (2009) nova série de indicadores capazes de qualificar a relação autonomia versus dependência fiscal dos municípios metropolitanos.

De certo modo, a autonomia de um ente influiria no equilíbrio federativo, além de possibilitar ao ente federado maior autonomia na gestão e melhor capacidade de governança pelos municípios. O grupo defende que a conta é mais complexa, uma vez que variáveis políticas e *ad hoc* poderão alterar significativamente os resultados dos diversos municípios. Porém, **esperou-se** que municípios capazes de se autonomizar no quesito da fiscalidade o deveriam ser em razão de melhores opções político-administrativas. Não que os outros municípios pudessem ser vistos do lado oposto, mas que os primeiros tenderiam a maior tipo de acerto. Isso porque presumiu-se, quanto maior a autonomia maior a sustentabilidade fiscal do município. Os indicadores trabalhados pelo grupo de pesquisa se referiram a dados constantes da base FINBRA, finanças do Brasil, organizada pela SICONFI, e se referem a 317 municípios brasileiros, os quais têm avaliação constante em razão da atenção do Observatório das Metrôpoles no quesito metropolitano. Cumpre informar que alguns estados apresentam mais de uma região metropolitana. São Paulo, por exemplo, aparece com duas RM's, Baixada Santista e São Paulo; ainda Curitiba e Maringá; bem como Campina Grande e João Pessoa. Já os municípios da RM de Goiânia, foram agrupados. Brasília, mesmo não sendo citada no estudo geral, teve as cidades de seu entorno relacionadas em torno dela.

Os índices desenvolvidos pelo grupo referem-se a três diferentes indicadores:

- i. Autonomia tributária, que expressa a relação entre a receita tributária própria e a receita total líquida. Ou seja, a parcela de tributos gerados autonomamente pelo município, as quais ele pode empreender esforço de arrecadação:

$$ATr = \frac{\text{Receita Tributária Própria}}{\text{Receita Total Líquida}}$$

- ii. Autonomia por Base Territorial – Devolução Tributária, que expressa a relação entre as receitas oriundas de devolução tributária e a Receita Total Líquida. O que importa aqui é avaliar a parcela da receita orçamentária oriunda de impostos administrados por outros entes federativos, mas gerados nos municípios sedes em função da atividade econômica ali desempenhada:

$$ABT =$$

$$\frac{\text{Cota-Parte do ICMS} + \text{Cota-Parte do IPVA} + \text{Cota-Parte do ITR} + \text{Cota-Parte do IOF Ouro} + \text{Cota-Parte do IRRF}}{\text{Receita Total Líquida}}$$

- iii. Dependência Vertical: ao contrário dos demais índices, este demonstra a dependência tributária do município em relação aos outros entes federativos, dependência essa, relativa às receitas oriundas de transferências dos demais entes federativos (União, Estado e Multigovernamentais) no montante da Receita Total Líquida do município:

$$DVt = \frac{\text{Transferências InterGovernamentais}}{\text{Receita Total Líquida}}$$

feito isso e com base nesses índices, nova série de indicadores foi construída pelo grupo, de modo, a contemplar as diferentes estruturas orçamentárias e classificar os municípios em termos de participação de autonomia / dependência fiscal e devolução tributária. Entretanto, o conjunto de clusters não foi aqui trabalhado, mas a ideia da fiscalidade foi representar a capacidade de arrecadação / alocação de impostos e poder ser percebida como instrumento de reforma social a ser utilizada para corrigir desigualdades e proporcionar melhora das condições de vida da população em geral. Portanto, após a explicação dos conjuntos de taxas de comportamento eleitoral e dos indicadores de fiscalidade dos municípios metropolitanos podem ser comentadas as etapas de construção dos modelos de regressão linear.

Inicialmente, procedeu-se a avaliação de pré-requisitos para a utilização dos testes estatísticos. Primeiramente, à exceção das variáveis de 2016, onde observaram-se dados normais, avaliou-se a não normalidade das outras variáveis através do teste de Kolmogorov-Smirnov. Diante desse quadro, foram feitas análises visuais da distribuição dessas outras

variáveis, através do histograma e gráficos box-plot, as quais permitiram o avanço da investigação. Além disso, foi realizada a análise dos resíduos, onde os gráficos PP-Plot demonstraram boa aderência ao intercepto. Também se verificou a análise de linearidade através do gráfico scatter-plot no comportamento das variáveis em destaque, bem como da homocedasticidade, onde as variâncias foram consideradas homogêneas. Por último foram verificados os Coeficientes de Variação das variáveis que seguem no quadro.

Onde o Coeficiente de Variação é igual ao desvio padrão dividido pela média dos dados multiplicado por cem. Numa escala preliminar de 0 a 15% os dados serão considerados homogêneos, de 15 a 30% os dados terão dispersão moderada e acima de 30% os dados serão considerados dispersos, ou não homogêneos. Portanto ao se analisarem os resultados da variável “Aceitação das listas eleitorais” os CV de 2008, 12 e 16 foram assim identificados: 5,7%, 5,9% e 10%. Já os dados da variável “Rejeição dos dados eleitorais” tiveram os CV assim identificados: 33% em 2008, 28,9 em 2012 e 35% em 2016. É fundamental chamar a atenção para o fato de que as taxas entre as duas variáveis são reflexas, ou espelhadas com sinal invertido. Quer dizer, a estatística de uma aparece inversa da outra, sendo assim os resultados do Desvio-padrão são complementares, de modo que mesmo que os CV da Rejeição das listas eleitorais indiquem alta dispersão dos dados, eles serão considerados em função do espelhamento.

#### **Estatísticas Descritivas eleições municipais de 17 Regiões Metropolitanas no período 2008-12-16**

Média	TaxAcei_08	85,2519	TaxAcei_12	83,1257	TaxAcei_16	81,4022
Intervalo conf. 95% p média - Lim Inferior		84,7064		82,5825		80,4988
Intervalo conf. 95% p média - Lim Superior		85,7975		83,6689		82,3057
5% da média aparada		85,2203		83,0786		81,8537
Mediana		84,2675		82,6429		81,6196
Variância		23,984		23,777		65,78
Desvio padrão		4,8973		4,87612		8,11046
Mínimo		65,96		72,57		23,11
Máximo		97		95,67		95,39
Média	TaxaRej_08	14,7481	TaxaRej_12	16,8743	TaxaRej_16	17,9592
Intervalo conf. 95% p média - Lim Inferior		14,2025		16,3311		17,2629
Intervalo conf. 95% p média - Lim Superior		15,2936		17,4175		18,6555
5% da média aparada		14,7797		16,9214		17,9556
Mediana		15,7325		17,3571		18,1846
Variância		23,984		23,777		39,076
Desvio padrão		4,8973		4,87612		6,25107
Mínimo		3		4,33		4,61
Máximo		34,04		27,43		32,11

Fonte: TSE (2008; 2012; 2016) adaptado pelo autor

De modo que:

$$CV = \frac{S}{\bar{X}} \cdot 100$$

De modo que, as variáveis de fiscalidade dos municípios metropolitanos brasileiros denominadas AT – Autonomia Tributária, DT – Devolução Tributária e DV - Dependência Vertical, foram testadas individualmente em modelos de Regressão Linear para avaliar associação estatística juntamente àquelas variáveis de comportamento eleitoral de três períodos eleitorais, 2008, 2012 e 2016, para o executivo municipal<sup>6</sup>, à saber: Comparecimento, Abstenção, Votos Válidos, Votos em Branco, Votos Nulos e as seguintes taxas eleitorais: Alienação, Efetividade, Aceitação das Listas e Rejeição das Listas. Os modelos foram testados, e como era de se esperar o comportamento, excetuando-se o pré-requisito da normalidade tendeu a demonstrar associação estatística, bem como a abstenção e o voto em branco. Entretanto, as taxas de correlação nessas situações estiveram bastante reduzidas, a normalidade dos resíduos também demonstrou pouco ajuste além da baixa ou inexpressiva linearidade dos dados. As outras variáveis e também a Alienação eleitoral e a Efetividade eleitoral não foram significantes, pois apresentaram na maioria das vezes fracos resultados. Por outro lado, os outros dois modelos, conjuntos de comportamento eleitoral se mostraram significantes, “Aceitação das Listas” e “Rejeição das Listas Eleitorais”, com apresentação de r substantivo, razoável e expressivo  $R^2$ , além de elevado F e Beta significativo quando em conjunto com o índice AT – de Autonomia Tributária e depois em conjunto com o índice DV – de Dependência Vertical.

Os resultados demonstraram coerência dos dados, pois os sentidos se confirmam pelos sinais das equações de regressão. Os modelos referentes a AT e a DV, avaliados separadamente com as variáveis de Aceitação das Listas Eleitorais referentes às eleições de 2008, 2012 e 2016 apresentaram os seguintes resultados:

- o aumento da **Autonomia Tributária** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Aceitação Eleitoral** em 2008, [F (1, 310) = 74,716,  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,194$ ]. A **taxa de Aceitação** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a  $11,840 + (- 0,216)$  e o ganho medido em porcentagem de votos.
- em contrapartida, o aumento da **Autonomia Tributária** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Rejeição Eleitoral** em 2008, [F (1, 310) = 74,716,  $p <$

---

<sup>6</sup> Seguindo os passos do núcleo de Belo Horizonte do Observatório das Metrôpoles, foram as seguintes Regiões Metropolitanas avaliadas nesta pesquisa: RS, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, PE, PB, RN, CE, PA, GO/DF – Os municípios da RM Goiânia e os da Área Metropolitana de Brasília foram agrupados. Brasília, município-polo, não consta na base de dados, portanto o mesmo não foi considerado na análise. Importa destacar que alguns estados apresentam mais de uma região metropolitana: PR – Curitiba e Maringá, SP – São Paulo e Baixada Santista, e PB – João Pessoa e Campina Grande. Ao todo analisou-se um total de 317 municípios metropolitanos.

0,001;  $R^2 = 0,194$ ). A taxa de **Rejeição** das Listas Eleitorais prevista, em % da votação, corresponde a constante de  $11,84 + (0,216)$  e o ganho medido em porcentagem de votos;

- já o aumento da **Dependência Vertical** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Aceitação Eleitoral** em 2008,  $[F(1, 310) = 109,155, p < 0,001; R^2 = 0,260]$ . A taxa de **Aceitação** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a 71,122 como constante  $(+ 0,193)$ , com ganho percentual de votos;
- em contrapartida, o aumento da **Dependência Vertical** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Rejeição Eleitoral** em 2008,  $[F(1, 310) = 109,155, p < 0,001; R^2 = 0,260]$ . A taxa de **Aceitação** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a 71,122 como constante  $(- 0,193)$ , com ganho percentual de votos.

Em suma, o **aumento** da **Autonomia Tributária** tende a **diminuir** os **votos válidos** e **nulos** nas eleições para prefeito, em 2008, nas cidades das Regiões Metropolitanas em estudo. Da mesma forma, o **aumento** da **Autonomia Tributária** pelos municípios tende a **umentar** o volume da **abstenção** e dos **votos em branco**. Já o **aumento** da **Dependência Vertical** tende a **umentar** os **votos válidos** e **nulos** nas mesmas eleições e nas mesmas cidades. Da mesma forma, a **diminuição** da **Dependência Vertical** pelos municípios tende a **umentar** o volume da **Abstenção** e dos **Votos em Branco**.

Explicando em miúdos, maiores as cidades melhores os controles fiscais de arrecadação e piores são as taxas de votos válidos e votos nulos (votos válidos e nulos são por este autor reconhecidos como comportamentos ativos de afirmação do sistema eleitoral). Mas, por quais razões isso aconteceria? Como já foi antecipado melhor a infraestrutura melhor o comparecimento, pior a infraestrutura maior a abstenção. De modo que, maiores cidades nem sempre possuem melhor cobertura de aparelhos urbanos, de infraestrutura, de serviços públicos. Na argumentação de Ribeiro (2007) os núcleos metropolitanos seriam *hinterlands* de *hipercidadania*, em que as classes médias usufruem da grande facilidade dos aparelhos urbanos e onde também a grande massa da população se atola em dificuldades de sobrevivência, reféns do novo clientelismo e da violência. Os núcleos metropolitanos governados pela lógica do mercado e a eficiência da cobrança dos impostos esconde a negação da participação política na tomada de decisões e rejeitam os orçamentos redistributivos. Redistribuição deve ser entendida como aquela tutelação ao cidadão mais carente, aos incentivos ao bolsa-família, ao Minha Casa Minha Vida, aos Médicos da Família, ao SUS, à escola pública de qualidade - FUDENF, ao Posto de Saúde, as UPA's, ao Sistema Resgate, ao fornecimento de água encanada e esgotamento sanitário, a Farmácia Popular etc. e etc. O fato é que maiores cidades trazem

consigo, além da suposição de melhor infraestrutura, grande desigualdade social localizada. Bairros periféricos inteiros ficariam sem cobertura de determinada política pública. Bem como pelo fato da maior densidade populacional aumentar a competição diária pela vida, competição até mesmo entre os hipercidadãos por direito à participação na riqueza social produzida. Maior a cidade maiores os problemas. Portanto, o resultado confirma o sentido dos estudos anteriores. A competição altera a divisão do trabalho e altera a distribuição de renda.

Já com relação à Dependência Vertical, o indicador diz respeito a transferências intergovernamentais. Menores as cidades, maior dependência das transferências intergovernamentais e melhores serão as coberturas de alguns serviços públicos como o SUS e o atendimento por escolas públicas com o FUNDEF, maiores são as transferências em períodos eleitorais, maiores são as transferências de receitas pelos outros entes federativos, etc., ou seja, todo aquele outro componente que falta à lógica do mercado, que permite às camadas populares alento no seu dia-a-dia e que estão ausentes no outro indicador.

Resultado idêntico será observado nos outros dois períodos eleitorais, 2012 e 2016, quando comparados com as taxas de Aceitação e Rejeição das listas eleitorais, as diferenças a serem observadas terão leve acréscimo da correlação e “ $r^2$ ”, bem como do comportamento do B e Beta. Mesmo assim, como poderá ser conferido a seguir em 2012, os sinais indicadores dos sentidos da correlação permanecem:

- o aumento da **Autonomia Tributária** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Aceitação Eleitoral** em 2012, [F (1, 310) = 92,079,  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,229$ ]. A **taxa de Aceitação** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a  $86,269 + (- 0,234)$  e o ganho medido em porcentagem de votos.
- em contrapartida, o aumento da **Autonomia Tributária** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Rejeição Eleitoral** em 2012, [F (1, 310) = 92,079,  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,229$ ]. A taxa de **Rejeição** das Listas Eleitorais prevista, em % da votação, corresponde a constante de  $13,731 + (0,234)$  e o ganho medido em porcentagem de votos;
- já o aumento da **Dependência Vertical** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Aceitação Eleitoral** em 2012, [F (1, 310) = 122,768,  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,284$ ]. A taxa de **Aceitação** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a 68,442 como constante (+ 0,201), com ganho percentual de votos;
- em contrapartida, o aumento da **Dependência Vertical** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Rejeição Eleitoral** em 2012, [F (1, 310) = 122,768,  $p <$

0,001;  $R^2 = 0,284$ ). A taxa de **Rejeição** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a 31,558 como constante (- 0,201), com ganho percentual de votos.

Em 2016:

- o aumento da **Autonomia Tributária** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Aceitação Eleitoral** em 2016, [F (1, 310) = 119,62,  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,278$ ]. A **taxa de Aceitação** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a 86,48 + (- 0,329) e o ganho medido em porcentagem de votos.
- em contrapartida, o aumento da **Autonomia Tributária** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Rejeição Eleitoral** em 2016, [F (1, 310) = 119,62,  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,278$ ]. A taxa de **Rejeição** das Listas Eleitorais prevista, em % da votação, corresponde a constante de 13,520 + (0,329) e o ganho medido em porcentagem de votos;
- já o aumento da **Dependência Vertical** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Aceitação Eleitoral** em 2016, [F (1, 310) = 138,941,  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,309$ ]. A taxa de **Aceitação** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a 62,525 como constante (+ 0,268), com ganho percentual de votos;
- em contrapartida, o aumento da **Dependência Vertical** pelos municípios impacta no comportamento da **Taxa de Rejeição Eleitoral** em 2016, [F (1, 310) = 138,941,768,  $p < 0,001$ ;  $R^2 = 0,309$ ]. A taxa de **Aceitação** das Listas Eleitorais prevista, em % de votação, corresponde a 37,475 como constante (- 0,268), com ganho percentual de votos.

Os resultados acima demonstram a necessidade da continuidade dos estudos de relacionamento entre governança, ideologia e eleitorado. Sobre as questões de governabilidade alguns textos podem ser referenciados. O trabalho de Francisco Fonseca (2019) que resgata a criação da propriedade pública não-estatal da Reforma Bresser no governo de FHC como a principal iniciativa de desmonte do estado brasileiro, abrindo as portas para os processos de ultraliberalização. A inclusão das PPP's e a ausência de controles pela sociedade civil (SIQUEIRA, 2019) como um achaque aos bens públicos. Outro estudo que aborda reforma do Estado realizado por Reforma Bresser, foi o de Sátyro (2013). Os municípios continuaram a sofrer com elevada centralização do controle da questão orçamentária e diferenciam-se basicamente com base na otimização dos recursos transferidos, o que implica na criação de índices bem mais complexos dados os fatores de homogeneização. Isto dificultou, ou até mesmo

impediu, os procedimentos de distinção entre administrações ou mandatos ideológicos. Por esse motivo, para o presente autor, a transferência de recursos tem funcionado no Brasil como uma espécie de cidadania negativa, naquele sentido habermasiano, enfatizado por Reis (2000). Os trabalhos de Carvalho (2020) têm avançado na indistinção entre governos de esquerda e direita na adoção de PPP's e OUC's, mas no interesse pelos executivos pelo crescimento municipal, como chave para o não desaparecimento. Além desses as análises de Marengo (2017) e Alkmim dos Reis (2018) sobre o desempenho dos executivos municipais. Já os estudos sobre as coalizões de poder, objeto de atenção do próprio Observatório das Metrôpoles (BRENNER, SCHMID, 2015), (HARVEY, 2013), (MOLOTCH, 1976), (MOSSBERGER, STOKER, 2001), (STONE, 2014), têm então, desta maneira, reiterado suas desconfianças, ou seja, as coalizões se estabelecem nas municipalidades em torno da geração de verbas públicas, vide políticas públicas, numa espécie de sobrevivência com base naquilo que Kantor, Savitch e Haddock (1997) denominaram de cidades estabelecidas em "*grantsman and clientelism regimes*". Um fio condutor pode ser buscado na costura dos objetivos. A de tentar avaliar o *accountability* municipal através da decisão do eleitorado pelo voto. A avaliação dos pleitos eleitorais deve seguir com a utilização de novos índices pois reforçariam a importância do desenvolvimento político para o sucesso de nossas municipalidades.

O fato é que, novas versões do clientelismo substituem o patrimonialismo, segundo Ribeiro (2007). Pode-se depreender disso tudo é que agora a versão inovadora patrimonial, invenção tucana, apoiada pelos partidos de direita tradicional à época: as PPP's e as OUC's, bem como as OS's. Dessa forma atualiza-se a associação entre o grande capital e as elites locais. Consequentemente, nas maiores cidades, os maiores partidos e lideranças privilegiadas, tenderão a incentivar o aumento da Alienação Eleitoral, de modo a deslegitimar o processo democrático e fortalecer os mecanismos de centralização das decisões, do favorecimento aos investimentos em favor do grande capital e da exclusão da participação popular, das instâncias representativas, decisórias e fiscalizadoras. Deve-se observar que não houve associação estatística entre Aceitação e a Rejeição das listas eleitorais com a denominada DT – Devolução Tributária, ou seja, aquela parte da economia em operação, onde a geração de impostos, de competência de outros entes federativos, na cidade, seja o ICMS, seja o próprio IPI, que tem redistribuição específica, sejam parcelas do próprio Imposto de Renda, ITR, através do FPM. Ou seja, o *horizonte do desejo* de Wanderley ali se esgota. Sob este prisma, toda a economia e as projeções dadas pelo desenvolvimento provocado já estão dadas, exauriram as possibilidades de mobilidade social pela divisão do trabalho, agora é mirar o *horizonte do fracasso*.

O segundo indicador responde não somente ao atendimento pela cidadania negativa habermasiana quanto ao paroquialismo das cidades pequenas e paroquialismo religioso dos rincões das periferias metropolitanas (RIBEIRO, CORRÊA, 2012), (CARVALHO, 2003). Pode mesmo responder a diferentes causalidades. Na verdade, o que os grupos de investigação ainda procuram é encontrar sinais, ambientes e variáveis capazes de quantificar e qualificar administrações ideológicas, ou mais à esquerda, ou mais à direita (idem, 2020). Parece que no Brasil, uma elite predatória tem se especializado em orientar a centralização econômica e decisória pelo governo federal de modo a endireitar todas as vertentes ideológicas quando na administração dos executivos. Como esperança os efeitos da atualização metodológica dos índices nacionais e a partir deles objetivarmos análises críticas capazes de propor reformas sociais inclusivas.

Com relação aos recortes de abstenção eleitoral apresentados nas últimas eleições para os executivos no Brasil, cujo comportamento é relacionado à desesperança e a indiferença, não apresentou associação estatística com nenhum dos dois índices de fiscalidade, aqui investigados, Autonomia Tributária e Dependência Vertical. Contudo, se somarmos outro comportamento próximo ao da abstenção, o do voto em Branco, o conjunto faz sentido. Desesperança, indiferença e o medo formam o conjunto denominado de Rejeição das Listas Eleitorais, aqui se soma à análise de Ribeiro, onde clientelismo e violência são a tônica das comunidades mais carentes nas grandes cidades brasileiras e demonstram a completa ausência do estado onde parcelas significativas da população assistem impávidas ao roubo do desejo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALKMIM DOS REIS, Antônio Carlos. A participação eleitoral no Brasil (1988-1989). 1992. 125 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PPGCP-IUPERJ, Rio de Janeiro.

ALKMIM DOS REIS, Antônio Carlos. **O eterno retorno**: eleições municipais para presidente no Brasil (1989-2014), demografia, sociedade, economia e geografia. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrôpoles, 2018.

AZEVEDO, Sergio de; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Cultura política, cidadania e voto**: desafios para a governança metropolitana. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrôpoles, 2012.

BRENNER, Neil; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Máquinas de crescimento, mas em que escala? In: As metrôpoles e o capitalismo financeirizado. INCT/Observatório das Metrôpoles – Disciplina colaborativa e institucional – 01/12/2020 (Comunicação oral).

BRENNER, Neil Brenner; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? **CITY**, v. 19, n. 2–3, 151–182, 2015. <http://dx.doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>

BRASIL. TSE - **Eleições Brasileiras - Dados estatísticos**. 2008-2016.

CARVALHO, Nelson Rojas de. Does politics still matter? Neoliberalization processes, party government and new patterns of urban politics in brazilian local governmenta. **Teoria e Pesquisa**: Revista de Ciência Política. V.29, ed.1, 2020.

FONSECA, Francisco César Pinto. A “governança empresarial” das metrópoles sob o predomínio neoliberal: o papel da gestão pública gerencial e da privatização do sistema político. **Cadernos MetrÓpole**. [online], vol.21, n.45, pp.393-415, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4502>. Acessado em jan/ 2020.

FRANÇA, Bárbara Lucia Pinheiro de Oliveira; MENDONÇA, Jupira Gomes de; MOL, Natália Aguiar; RODRIGUES, João Vitor Leite; FERREIRA, Jordan. Condições de fiscalidade em municípios metropolitanos brasileiros: análise exploratória de indicadores. *In*: Relatório Regimes Urbanos e Governança Metropolitana. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: **Observatório das MetrÓpoles**, 2020. [30] p. (Relatório, ainda não publicado).

GARSON, Sol. **Regiões metropolitanas**: por que nao cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das MetrÓpoles; Belo Horizonte: PUC, 2009.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes**: del derecho de la ciudad a la revoluci6n urbana. Madrid: Ediciones Akal, 2013.

IPEA. **Infraestrutura social e urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Brasília : Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro: Infraestrutura Econômica, Social e Urbana, v. 2, livro 6, 2010.

IPEA. **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil** / orgs. COSTA, Marco Aurélio, TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. Série Rede Ipea - Projeto Governança Metropolitana no Brasil. Brasília: Ipea, v, 1, 2013.

KANTOR, Paul; SAVITCH, H.V.; HADDOCK, Serena Vicari. The political economy of urban regimes: a comparative perspective. **URBAN AFFAIRS REVIEW**, V. 32, N. 3, JAN, 348-377, 1997.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **O sistema partidário brasileiro**: diversidade e tendências, 1982-94. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAGALHÃES, Raul Francisco; VEIGA, Luciana Fernandes. **Ideologia Política, Persuasão, Propaganda Eleitoral e Voto**: um estudo da recepção da campanha presidencial, 1998. 1999. 164 folhas. Relatório Analítico - Centro de Pesquisas Sociais CPS/UFJF, IUPERJ, PROPESQ, FAPEMIG. SHA-2800/97.

MARENCO, André; STROHSCHOEN, Maria Tereza Blanco; JONER, William. Rev. Sociol. Polit. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 3-21, dez. 2017. DOI 10.1590/1678-987317256401

MOLOTCH, Harvey. The City as a Growth Machine: toward a political economy of place. Source. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 2, sep., p. 309-332, 1976. Published by: **The**

University of Chicago Press Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2777096> .Accessed: 13/11/2013 18:09

MOSSBERGER, Karen; STOKER, Gerry. The evolution of urban regime theory: the challenge of conceptualization. **URBAN AFFAIRS REVIEW – SAGE Publications**, v. 36, n. 6, July, p. 810-835, 2001.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Voto obrigatório e equidade de caso. **São Paulo em perspectiva**, On-line version, São Paulo, v. 13, n. 4, out-dez, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a15.pdf> acessado em 31/10/2015

REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e utopia**: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CORRÊA, Filipe Souza. Cultura política, cidadania e representação na *urbs* sem *civitas*: a metrópole do Rio de Janeiro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 156-193.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. (Orgs.). **IBEU**: índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro: INCT - Observatório das Metrôpoles / Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 525-544, set / dez, 2007.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local**: dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo**: partidos e gerais na política brasileira. São Paulo: Vértice e Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte. Política estadual e desigualdade: Por que alguns estados redistribuem mais do que outros? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, n. 3, 2013, pp. 497 a 530.

SIQUEIRA, Marina Toneli. New urban policies, new forms of social participation? The challenges of the Água Espraiada Urban Consortium Operation in São Paulo, Brazil. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 21, n. 45, pp. 417-438, maio/ago, 2019  
<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4503>

SOLDATI, Franklin. Comparecimento e alienação eleitoral e o índice de fracionalização. *Paper* apresentado no 7º Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR, 2016, no GT 12 – Instituições Políticas, Anais: Curitiba, Portal SNSP/UFPR, 2016.

SOLDATI, Franklin. **Por que as pessoas votam?** Uma abordagem perspectiva do comparecimento eleitoral do juiz-forano nos três níveis do executivo do Brasil entre 1996 - 2014. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Juiz de Fora, PPGCSO-UFJF.

STONE, Clarence N. Reflections on regime politics: from governing coalition to urban political order. **Urban Affairs Review – SAGE – Publications**, v. 51(1) , p. 101–137, 2014.